

Alternativas socialistas ao capitalismo: de Viena à Santa Fé – Parte II

Duncan Foley¹

3) Sobre o que dizemos quando falamos de socialismo?

O socialismo é uma negação dialética da produção de mercadorias capitalistas. É inevitável, por isso, que a discussão do socialismo seja motivada pelo desejo de mitigar ou eliminar características da produção capitalista de mercadorias que os socialistas não apreciam. Como há muitas coisas recusáveis sobre a interação social humana, essa discussão pode se tornar bastante difusa. (O socialismo pode eliminar a guerra? A discriminação racial e étnica? A opressão de gênero?) Para fixar o pensamento, deixe-me listar três aspectos fundamentais do capitalismo que desempenham um papel central nas discussões socialistas de mudança econômica radical: produção de mercadorias e desigualdade; propriedade privada dos meios de produção; e trabalho assalariado e exploração.

3.1 Produção de mercadorias e desigualdade

Em princípio, como afirma a teoria do equilíbrio geral neoclássico, poderíamos imaginar um sistema de produção de mercadorias no qual a distribuição de riqueza e renda fosse altamente igualitária. No modelo econômico walrasiano tradicional, por exemplo, as desigualdades na alocação final de bens e serviços produzidos surgem apenas das desigualdades na propriedade dos recursos produtivos, como o trabalho, os meios de produção e a terra. Uma fantasia popular é sustentada por economistas igualitários e por outros cientistas sociais: esta consistiria numa sociedade de produção de mercadorias descentralizada com propriedade igualmente distribuída dos recursos produtivos. Tal arranjo social conciliaria magicamente as metas de justiça, eficiência e liberdade individual.

A primeira observação sobre tal ideia é que ela é uma caixa vazia histórica. Uma das “regularidades” mais comprovadas da vida social atual é que a produção de mercadorias está associada a uma distribuição de renda altamente desigual e a uma distribuição de riqueza ainda mais desigual. Tipicamente, o quinto mais alto de renda e o décimo mais alto de riqueza representam cerca da metade do total da renda e da riqueza nas sociedades produtoras de mercadorias.

Há várias explicações plausíveis porque ocorre esse acentuado grau de desigualdade. De qualquer modo, talvez seja esta a característica mais saliente da sociedade capitalista tal como ela existe.

Os seres humanos diferem, por exemplo, em suas dotações genéticas. Talvez essas enormes diferenças nos ganhos econômicos reflitam essas diferenças. Alguns exemplos altamente visíveis, como a alta renda de estrelas do esporte, dão credibilidade

¹ Professor “Leo Model” do *Economic Department*, New School for Social Research, Nova York, NY (foleyd@newschool.edu) e Professor Externo do Instituto Santa Fé. Este texto foi preparado para conferências no Havens Institute da Universidade de Wisconsin, em Madison, em abril de 2011.

a essa noção. É interessante notar que os economistas políticos clássicos tenderam a ver como insignificantes essas diferenças inatas no talento humano sempre que pensaram a sociedade humana como um todo (e, certamente, nem Smith nem Ricardo eram críticos radicais das relações sociais capitalistas).

Uma razão para duvidar dessa explicação da desigualdade observada é que as medidas sociais, não econômicas, das capacidades humanas tendem a mostrar diferenças muito pequenas. Eis que elas, ademais, estão bem distribuídas entre os indivíduos. Não é fácil, portanto, aceitar que o sistema de produção de mercadorias seria capaz de amplificar sistematicamente essas diferenças de tal modo a produzir estatísticas de distribuição exponenciais e leis de potência extremamente concentradas de renda e riqueza tal como se observa.

A herança da riqueza, seja diretamente sob a forma de propriedade de recursos, ou indiretamente por meio de transferências intergeracionais ou na forma de educação e outras vantagens sociais, é outra explicação popular para a distribuição altamente concentrada de renda e riqueza. Mas os valores revolucionários burgueses são hostis aos privilégios herdados e, por isso, não dão grande apoio à concentração de riqueza providas da herança. Grandes propriedades familiares são regularmente dissipadas por meio da multiplicação de descendentes, da má administração e do consumo extravagante. Em consequência, não é fácil produzir modelos baseados apenas em herança que sejam capazes de predizer concentrações extremas de riqueza e renda.

Além disso, algumas quase-experiências questionam essa hipótese de maneira dramática. Nos países da Europa Oriental nos anos noventa, por exemplo, a privatização de ativos estatais muito substanciais baseou-se às vezes na distribuição de “vales” ou de ações de um modo bem igualitário; entretanto, foi permitido que os destinatários vendessem os seus títulos (ou comprassem outros) livremente de acordo com as regras da troca de mercadorias. Dentro de um tempo muito curto, muito mais curto do que a dinâmica da herança implicaria, a propriedade desses títulos tornou-se altamente concentrada por meio da especulação. Resultados semelhantes são comumente observados após reformas agrárias e outras medidas redistributivas. Isso sugere que, mesmo que fosse possível hipoteticamente equalizar a propriedade dos recursos produtivos completamente em um dado momento, sempre aparecem forças poderosas inerentes às trocas de mercadorias que tendem a reproduzir uma distribuição altamente desigual de renda e riqueza.

Estas tendências são, de fato, observadas em sistemas termodinâmicos com grande número de graus de liberdade; espontaneamente, eles tendem a reproduzir distribuições exponenciais e de leis de potência. Parece provável que as interações sociais de massa, descentralizadas, como a troca de mercado, compartilhem essas poderosas tendências concentradoras. O teorema walrasiano de que as alocações finais refletem apenas a distribuição subjacente da propriedade dos recursos produtivos depende crucialmente da suposição incorreta de que todas as transações de mercado ocorrem a preços de equilíbrio. Certos modelos abstratos de troca de mercadorias mostram que distribuições de renda e riqueza muito desiguais sempre ocorrem (Foley, 2010). Ora, ocorrem quando fazemos a suposição mais realista de que os proprietários de mercadorias, muitas vezes, trocam a preços fora do equilíbrio à medida que caminham em direção à determinação do preço de equilíbrio.

Essas considerações sugerem que Marx estava certo ao argumentar que as reformas socialistas do sistema de troca de mercadorias não poderiam, por si só, transformar as relações sociais. Conclusões similares fluem tanto da análise teórica de esquemas como empresas controladas por trabalhadores (eles preveem que desigualdades acentuadas ocorrerão). E até mesmo a experiência histórica da sociedade iugoslava, baseada no controle dos trabalhadores dos meios de produção, mostrou que aumentos acentuados na desigualdade regional e de classe ocorrem.

3.2 Propriedade privada dos meios de produção

A análise marxista clássica tende a caracterizar o capitalismo em termos da propriedade privada dos meios de produção. Na teoria de Marx do capitalismo, o monopólio (num sentido de classe, não no sentido usual da teoria econômica) dos meios de produção por uma pequena classe capitalista é uma condição necessária para a exploração (embora não seja uma condição suficiente, já que a disponibilidade dos trabalhadores assalariados exploráveis também é essencial).

Portanto, o socialismo clássico concentrou suas energias políticas na “expropriação dos expropriadores” por meio da eliminação da propriedade privada dos meios de produção.

A eliminação da propriedade privada dos meios de produção tem implicações em várias dimensões. Uma questão é saber o que acontece com quaisquer rendas (lucros) que se acumulam nas empresas. Outra questão é como as empresas produtivas existentes ou novas têm acesso aos meios de produção necessários para continuar a produção. Uma terceira questão relacionada é como os meios de produção escassos devem ser alocados entre os usos potenciais concorrentes.

O experimento soviético e vários outros experimentos socialistas de Estado deixam claro que a eliminação da propriedade privada dos meios de produção por si só não elimina a exploração dos produtores diretos. No caso soviético, há fortes evidências de que uma divisão de classe da sociedade surgiu entre membros da elite dominante, já que ela praticamente controlava tanto os meios de produção como os próprios produtores diretos.

É possível argumentar que o colapso do sistema soviético foi o resultado de pressões previstas pelo marxismo clássico, as quais tendem a alinhar as relações jurídicas com as relações sociais substantivas de produção, formalizando o controle “privado” sobre os recursos produtivos. (A transformação histórica de partes importantes da nomenclatura soviética na nascente classe capitalista da sociedade pós-soviética é uma confirmação possível dessa visão.) Quando as nações da Europa Ocidental flertaram com a propriedade estatal dos meios de produção, as instalações nacionalizadas estavam em declínio e não em indústrias em que se poderia obter lucros de alguma maneira. O motivo da nacionalização nesses casos foi frequentemente a preservação de empregos ameaçados pela competição do que a redistribuição dos lucros entre as classes sociais.

A relevância da propriedade privada dos meios de produção está intimamente relacionada às questões distributivas que acabamos de discutir. Se a distribuição da

propriedade dos recursos produtivos fosse igual, o sistema de propriedade privada dos meios de produção em si não representaria tantos inconvenientes sociais.

Do ponto de vista de baixo para cima, visões descentralizadas de socialismo, a propriedade privada ou de algum tipo de controle privado sobre meios de produção poderia facilitar o acesso a eles de forma relativamente livre, seja para os novos empreendimentos produtivos ou para aqueles em curso de operação. (O truque seria impedir que um mercado dos meios de produção, ou mesmo em algum sistema de trocas de troca, levasse a concentrações de riqueza. Uma ideia atraente é estabelecer as coisas para que as empresas produtivas possam reivindicar o controle somente dos meios de produção que eles realmente utilizam. Entretanto, pode haver incentivos para contornar tais restrições, pois elas são difíceis de aplicar.)

3.3 Trabalho assalariado e exploração

A análise de Marx da exploração capitalista baseia-se originalmente no poder da relação social do capital com o trabalho assalariado. Marx baseou essa análise na distinção entre “força de trabalho”, a capacidade humana de realizar trabalho útil e, portanto, agregar valor a outros insumos, e “trabalho”, o gasto real de capacidades humanas para alcançar uma produção útil. Existem dois aspectos fundamentais para essa divisão.

Por um lado, a distinção entre força de trabalho e trabalho ilumina a fonte de mais-valor no sistema capitalista. O valor da força de trabalho, o equivalente em tempo de trabalho do salário pago, é em média menor do que o valor criado pelo trabalho. Essa diferença é a fonte do mais-valor (que responde pelos lucros, aluguéis, juros e compensações do trabalho improdutivo) para o sistema como um todo. Deste ponto de vista, parece óbvio que o socialismo deva eliminar a forma “trabalho assalariado” como meio de eliminar a exploração.

Por outro lado, no entanto, a distinção entre força de trabalho e trabalho aponta para uma questão crítica na organização da divisão do trabalho. O capitalista tem que pagar pela força de trabalho, obtenha ou não qualquer resultado útil do trabalho produtivo. Assim, o capitalista enfrenta o problema de extrair trabalho da força de trabalho, o que envolve motivar e controlar o comportamento dos trabalhadores assalariados. Historicamente, a forma de mão-de-obra assalariada parece ter sido incrivelmente bem-sucedida nesses aspectos. A produtividade do trabalho, em parte como resultado de mudanças técnicas, mas também por causa dos altos níveis de disciplina, regularidade e aquisição de habilidades, aumentou enormemente nos anos de dominação capitalista da produção social. Em muitos contextos de trabalho, o elemento-chave na extração do trabalho da força de trabalho tem sido a ameaça de dispensa. Conforme passamos a entender – por meio da análise econômica – as interações principal-agente (ver, por exemplo, Bowles, 2004), esse mecanismo funciona porque os empregadores capitalistas oferecem um prêmio salarial ou renda aos trabalhadores acima de suas possíveis rendas que obteriam se perdessem o emprego.

Para o socialismo, o problema é como se livrar da exploração inerente à forma de trabalho assalariado sem também perder as enormes vantagens sociais da disciplina

e motivação do trabalho que a forma “trabalho assalariado” carrega consigo. Na era soviética, esse dilema foi discutido sob a rubrica de “incentivos morais e materiais”.

Parece-me razoável imaginar que uma profunda transformação das relações sociais de produção levaria a profundas transformações paralelas no comportamento e nos sentimentos dos seres humanos. Por um lado, mesmo onde o domínio das instituições capitalistas e da ideologia burguesa é esmagador, as próprias pessoas não internalizam completamente as leis da produção de mercadorias: preocupam-se com o meio ambiente, o futuro dos seus filhos e dos outros e o bem-estar de outras crianças. pessoas.

Os próprios capitalistas, é claro, são trabalhadores altamente qualificados cujo desempenho implica em altos padrões de produtividade e de cooperação sem o risco de serem ameaçados de demissão. (Pelo menos, os capitalistas apreciam ver tais características nos trabalhadores que realmente contratam, embora provavelmente prefiram que os trabalhadores de seus concorrentes respondessem meramente a incentivos puramente materiais.) Parece ingênuo, no entanto, querer afastar totalmente o problema “agente-principal” na esfera da organização do trabalho socialista, algo que sempre ocorre no âmbito da empresa numa economia burguesa, como se ele fosse aí irrelevante. Os conflitos de interesse, assim como os riscos morais, que uma organização socialista de produção enfrentaria, poderiam ser muito diferentes daqueles da produção mercantil capitalista, mas é improvável que aí desapareçam completamente. Talvez, como na produção de pares, os produtores socialistas possam ser motivados mais pela aprovação e reconhecimento positivo de seus colegas do que pelo medo da perda de emprego, mas é melhor que os socialistas tenham alguma ideia de como a psicologia social do esforço produtivo vai funcionar.

Referências bibliográficas

Bowles, S. (2004). *Microeconomics: Behavior, Institutions, and Evolution*. Princeton University Press, Princeton, NJ.